

*Discurso na cerimônia de entrega do relatório do grupo de trabalho sobre terras da União no Pará*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE MAIO DE 1996

*Senhor Secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg; Senhor Ministro da Política Fundiária, Dr. Raul Jungmann; Senhor Governador do Pará, Dr. Almir Gabriel; Senhores Ministros aqui presentes; Senhores Governadores Tasso Jereissati e Mário Covas; Senhores Senadores; Senador Coutinho Jorge e Senador Teotônio Vilela; Senhores Deputados aqui presentes; Senhores integrantes do Grupo de Trabalho; Senhoras e Senhores;*

Esta cerimônia singela tem um significado simbólico. Já o Governador do Pará, assim como fez o Secretário Sardenberg, mostrara, em termos diretos, o que significa para o Estado do Pará esta revisão da questão fundiária.

Faz tempo, o Governador Almir Gabriel havia pedido ao Governo Federal, como ao Embaixador Sardenberg, que nós organizássemos os mecanismos para que o Estado do Pará tivesse, realmente, controle sobre uma parte importante de seu território. Não é fácil. Os membros do Grupo de Trabalho sabem disso. Fazer o levantamento, verificar quais são os órgãos federais que se ocupam dessas

terras, examinar a extensão dessas terras, verificar, também, a pressão demográfica que existe sobre elas e tornar mais claros os mecanismos pelos quais essas terras podem tornar-se disponíveis para o Estado: foi essa a tarefa do grupo de trabalho. E esse relatório que o Embaixador Sardenberg acaba de mencionar apresenta mecanismos concretos de transferência dessas terras.

O Governador Almir Gabriel, no seu excelente discurso, mostrou como, historicamente, a questão da titularidade foi se desenvolvendo no Estado do Pará. Não será o único Estado no Brasil que passou por essas mesmas vicissitudes, mas é de chamar a atenção o fato de que o Governo do Pará não dispõe, na prática, de controle sobre um pouco mais de um terço, se não me falha a memória, do território do Estado. E o território do Estado do Pará corresponde a, mais ou menos, duas vezes e meia o da França.

Pois bem, a decisão tomada hoje, aqui, alcança uma área de 21 milhões de hectares. Vinte e um milhões de hectares, *grosso modo*, é o tamanho do Estado do Paraná – para que se veja a proporção dessa transferência de titularidade que estamos agora providenciando.

Obviamente, o Governo Federal não pensa em entregar essas terras e deixar o Governo do Pará responsável por aquilo que ele não pode, de momento, desenvolver nem assumir. Esse processo – e isso está descrito no relatório – dependerá de um ajuste entre as partes. Mas está desenhado o roteiro e estão delineados os contornos fundamentais da porção territorial que será disponível para o Estado do Pará.

Os números do Brasil são sempre grandiosos. Eu já assinei a titularidade de terras indígenas de cerca de 15 milhões de hectares. As pessoas, às vezes, não prestam atenção ao que isso significa. Só de terras indígenas nós temos no Brasil quase 1 milhão de quilômetros quadrados. Um milhão de quilômetros quadrados é metade do México, é mais que o Peru. E isso pertence – e é justo que assim seja – às comunidades indígenas. Nós, agora, estamos na fase final de fortalecimento da base jurídica que assegura efetivamente que essas terras vão continuar nas mãos dos indígenas.

Quanta incompreensão, meu Deus, eu tenho ouvido, até pelo mundo afora, porque as ONGs daqui se comunicam com as ONGs de lá e julgam intenções, e não fatos, e não conseqüências. Temos tido a calma de não responder, porque os fatos virão e os fatos, geralmente, têm mais força do que o julgamento apressado das intenções.

É um intrincado problema o das terras no Brasil. Dessas terras que agora estamos passando ao Governo do Pará, cerca de 17 milhões de hectares estavam sob a guarda do Incra, de maneira atabalhoada, digamos com franqueza, com muita franqueza; outro tanto, bem menor, nas mãos das Forças Armadas.

Incra, Forças Armadas e demais ministérios envolvidos nesse processo olharam para o interesse público, não para o interesse – que, até, diante dos nossos desafios, é ridículo – próprio de uma organização do Estado. O Estado existe para servir ao público.

Evidentemente, essas organizações tiveram essa compreensão. Quero agradecer essa compreensão aos vários componentes do Estado brasileiro, que entenderam que era preciso atuar dessa maneira, e, em especial, às Forças Armadas, que cedem uma porção significativa de terras, e cedem, muito mais do que a terra, o seu próprio espírito de cooperação, transferem esse espírito de cooperação, para que possamos, agora, medir com maior precisão essas terras e atuar de maneira ordenada; para que possamos realmente dar acesso ordenado, repito, àqueles que, efetivamente, necessitem de terra para trabalhar.

Mas é um passo, Governador. É um passo porque diz respeito ao problema que hoje mais chama a atenção no Brasil. E esse passo é complementado, como aqui já se assinalou, pela ação – que, devo reconhecer, tem sido muito dinâmica – do Ministro Jungmann, que já neste momento propicia o instrumento, com os recursos necessários, de entrosamento entre o Exército, o Incra e o Estado do Pará, para que possamos acelerar a demarcação de áreas e preparar a possibilidade de que haja assentamentos nessa região.

Com esse espírito, como disse o Governador Almir Gabriel, de gente que levou a vida lutando pela justiça social é que se estão ordenando os instrumentos necessários para que ela não seja palavras

nem mera agitação, nem bandeira política, muitas vezes tomada de forma apressada e utilizada não para ajudar, mas para criar a sensação da impossibilidade de se avançar.

Não é o nosso pensamento. Nós temos, mais do que esperança, a convicção de que, efetivamente, estamos caminhando na direção de organizar os grandes problemas nacionais, e é um grande problema nacional o da terra, do assentamento rural e, sobretudo, como foi mencionado pelo Governador Almir Gabriel, o da violência.

Conheço essa região, Governador, Vossa Excelência bem o sabe. Percorri essa região várias vezes. Conheci Redenção antes de ser Redenção; ainda era uma pequena vila. Conheci Santana do Araguaia, Conceição do Araguaia, Marabá. Conheço-as, não como quem passeia pela região: fiz pesquisa lá, embrenhei-me por aquela região. Nem sabia, na época, que lá havia guerrilha; não sabia eu que havia guerrilha no Brasil. Descobri lá, com um grande susto. Mas andei por essa região.

Vi a fase em que se tinha a ilusão de que grandes pedaços de terra podiam ser utilizados pelas grandes corporações industriais do Sul para fazer pastagens e criar gado. Vi, de perto, como atuavam os “gatos”, aqueles que empregavam a mão-de-obra e a jogavam no meio da mata semanas a fio, sem que pudessem ter outra coisa senão o instrumento de trabalho, não tendo acesso a mais nada, e sob um regime disciplinar extremamente desumano. E, depois de algum tempo nessa selva, eram trazidos para as cidadezinhas, para que aí se embebedassem ou fossem vítimas de enfermidades venéreas. E depois voltavam para a mata.

Conversei com os que chamavam de “gatos”, que me disseram: “Aqui, ninguém tem que se preocupar. A gente põe os homens lá no meio do mato e, se eles brigam, se bebem, se fazem qualquer ato mais violento, mais insólito, damos uma injeção de álcool neles. Nunca mais voltam a repetir.”

Não conto histórias que eu tenha lido: são histórias que eu vi, que ouvi.

Depois, fui membro do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, como representante da oposição, do PMDB, e lá vi, como hoje se vê

também, a realidade dura, que o Governador mencionou agora, dos assassinatos e da impunidade. Essa nós não vamos poder permitir que continue. Tenho certeza de que o Governador Almir Gabriel é fiador e executor de um novo momento da história do Brasil em que a violência não será coroada pela impunidade – e ele assumiu essa responsabilidade, como está, agora, assumindo a responsabilidade nas terras, porque é um homem de convicção.

Você pode ter certeza, Governador, de que o Governo Federal estará à sua disposição, no que puder, para auxiliá-lo, tanto na questão da titularidade das terras, como na questão dos assentamentos que faremos em cooperação com o órgão de terras do Pará; como, no que for possível, para prestar assistência – dentro dos limites constitucionais, naturalmente – a Vossa Excelência, de modo que, na consecução do seu objetivo, que é o de restabelecer o império da lei e, portanto, terminar com a violência e a impunidade, Vossa Excelência possa contar com o Presidente da República e com todo o Governo Federal.

É com esse espírito e com o espírito de quem acredita na possibilidade de que as coisas avancem que estamos, hoje, assinando estes atos, recebendo estes relatórios, e recebendo, com a presença dos Governadores que aqui vieram para nos honrar, dos Parlamentares e dos Ministros que aqui estão, uma espécie de voto de confiança no Brasil.

Vossa Excelência falou que o Pará tem confiança, tem esperança. Eu diria a Vossa Excelência que, não só o Pará, o Brasil inteiro tem a convicção de que vamos caminhar no sentido da justiça, no sentido de diminuir as desigualdades e no sentido de fazer com que a lei não seja só para ser cumprida contra os pobres, mas seja alguma coisa que sirva de amparo ao cidadão – e cidadão, não importa a cor, não importa a classe, não importa a riqueza, não importa a convicção religiosa ou política, é alguém que está abrigado pela Constituição do Brasil, que nós fizemos e juramos servi-la. Serviremos juntos.

Muito obrigado a Vossas Excelências.

